



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten name 'Cláudia' in blue ink.

MUNICÍPIO DE CUBA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Nº 05

28-04-2026

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório do Centro Cultural de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

Antes da Ordem do Dia:

1. Informações; -----
2. Assuntos de Interesse para o Município; -----
3. Votação de atas de sessões anteriores. -----

Ordem do Dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, a cerca da atividade municipal feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período compreendido entre 01/02/2026 a 31/03/2026 - Para conhecimento; -----
2. Despacho que designou a trabalhadora do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cuba, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Cláudia Isabel Touregão Chagas, Assistente Técnica, para a realização das tarefas inerentes à preparação e execução das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal para o quadriénio 2025/2029, incumbindo-lhe nesse contexto a funções de secretariar cada uma das sessões. Para conhecimento; -----
3. Informação Económica e Financeira do Auditor Externo – Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda., reportada às contas do Município entre 01/01/2025 e 31/10/2025, correspondente ao período do anterior executivo, porquanto, por decisão do Tribunal de Contas, datada 11 de novembro de 2025, foi autorizada a pedido do interessado, datado de 05 de novembro de 2025, a apresentação de uma conta única anual. Para conhecimento; -----


Cláudia

4. Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2025, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----
5. Apreciação da Revisão n.º 1 ao Orçamento Municipal de 2026 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----
6. Proposta de Nomeação de Auditor Externo para os anos de 2026 e 2027, nos termos do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----
7. Fase Final da Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Cuba – Comissão de Acompanhamento – Portaria n.º 277/2015 – Designação de membro da atual assembleia municipal para integrar o órgão. Para deliberação. -----
8. Apreciação e votação da proposta de protocolo com a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira para efeitos de cobrança de dívidas municipais que possam dar origem a execução fiscal. Para deliberação. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:

- . Francisco Eduardo Beíçudo Galinha; -----
- . Paula Maria Mourata Caeiro; -----
- . Teresa José Leão Isidro Galó; -----
- . José Francisco da Conceição Vasco; -----
- . José Francisco Ribeiro Roque; -----
- . Pedro Miguel Galinha Machado; -----
- . Maria José Pereira Barão; -----
- . Carlos Manuel Sousa da Conceição; -----
- . Jil Guerreiro Galinha; -----
- . Luís Carlos Cardoso Varela; -----
- . Lurdes de Jesus Borges Guerreiro; -----
- . Alice Jesus Teixeira; -----
- . Maria Jesus Maltez Vasco; -----
- . Jaime Gomes Soares Cascão; -----
- . A Presidente da Junta de Freguesia de Cuba: Maria João Soudo Carneira; -----
- . O Presidente da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo: Diogo José da Silva Machado; -----



. O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Ruiva e Albergaria do Fusos: Vital António da Conceição Neves Raposo.-----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados:

. Carolina Parreira Heleno; -----

. O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva: José Alberto Lança Pacheco. -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara, Sr. João Palma, o Vice-Presidente da Câmara, Sr. José Machado, a Vereadora, Sr. Vânia Figueiredo, o Vereador, Sr. Francisco Orelha, a Vereadora, Sr. Ana Soudo, esteve ainda presente o Jurista, dirigente de 2.º grau da Câmara Municipal de Cuba, Dr. Vítor Fialho, A Gestora de Empresas, dirigente de 2.º grau da Câmara Municipal de Cuba, Dra. Cármem Estrela, o representante da SROC – Oliveira, Reis & Associados, Lda., Dr. Frederico. -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Informações:

Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Francisco Galinha**, informou que a Assembleia esteve presente nos eventos para os quais foi convidada, destacando a participação na BTL, o acompanhamento ao executivo municipal e a presença num espetáculo na Casa do Alentejo. Referiu ainda a realização de uma sessão evocativa no dia 25 de Abril, dedicada à Revolução de 25 de Abril e aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa.-----

2. Assuntos de Interesse para o Município:

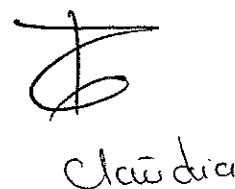
Interveio a deputada **Sr.ª Lurdes Guerreiro, do PSD**, referindo ter tido conhecimento de uma notícia sobre os Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, segundo a qual vários planos estariam desatualizados ou em atualização. Referiu ainda que, no distrito de Beja, apenas cinco planos estariam atualizados, oito desatualizados e que o concelho de Cuba não dispunha de plano, tendo questionado se essa informação correspondia à realidade. -----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, informou que desconhecia a notícia e não ter conhecimento de que o Plano de Emergência e Proteção Civil não existisse, admitindo apenas a possibilidade de o mesmo estar desatualizado. Em seguida, passou a palavra ao Vice-Presidente, José Machado, responsável pelas competências nesta área. -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-presidente, Sr. José Machado**, explicou que existia plano, apenas o mesmo estava em processo de reformulação visando a sua adequação à legislação atual e à subsequente renomeação das entidades que fazem parte da proteção civil depois das reformas efetuadas nesta área.-----

Interveio o deputado **Luís Varela – CDU**, para apresentar uma moção sobre o 25 de abril, que desde já se transcreve na íntegra:

MOÇÃO



Cláudia

ABRIL E MAIO – 52 ANOS

Foi a 25 de Abril de 1974 que, num Portugal então marcado pela repressão, pelo obscurantismo e pela ausência de liberdades fundamentais, se ergueram militares e capitães, com o apoio massivo do povo português, pondo fim a uma ditadura e abrindo caminho a um novo tempo histórico assente na liberdade, na democracia e na justiça social.

Passados 52 anos, celebramos esse Abril libertador e assinalamos igualmente o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, símbolo maior da luta histórica pelos direitos laborais, pela dignidade no trabalho e por melhores condições de vida, evocando as lutas do movimento operário desde o final do século XIX.

Celebramos a Revolução de Abril como um dos mais altos momentos da nossa história coletiva, num ano em que se assinalam também 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa - uma das mais avançadas e progressistas do mundo - profundamente ligada ao processo revolucionário e à luta do povo português.

Ao longo destas décadas, a Constituição tem sido um pilar essencial da democracia, garantindo direitos fundamentais e constituindo um instrumento determinante na defesa dos trabalhadores e do povo. A sua atualidade impõe não só o seu respeito, mas também a sua defesa face a tentativas de limitação dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais que consagra.

A Revolução de Abril representou profundas transformações na sociedade portuguesa, com a conquista de direitos fundamentais, a melhoria das condições de vida, a criação do poder local democrático, o fim da guerra colonial e a afirmação de Portugal no plano internacional. Constituiu igualmente um momento de afirmação dos direitos dos trabalhadores, com avanços significativos em áreas como o emprego, os salários, a organização sindical, a contratação coletiva e o direito à greve.

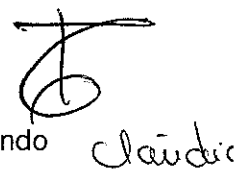
Todavia, muitas dessas conquistas foram, ao longo dos anos, limitadas ou revertidas pela política de direita, dos sucessivos governos de PS, PSD e CDS que agravaram desigualdades e fragilizaram direitos, afastando o país dos objetivos de Abril.

Hoje, permanece evidente que a realidade social e económica está aquém desses objetivos. A maioria dos trabalhadores e das famílias portuguesas enfrenta dificuldades crescentes, marcadas pela precariedade, pelos baixos salários e pelo aumento do custo de vida, enquanto se acentua a concentração de riqueza.

Importa sublinhar que esta realidade não decorre dos valores de Abril nem da Constituição da República Portuguesa, mas sim de opções políticas que têm favorecido interesses económicos em detrimento dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento do país.

Neste contexto, o denominado pacote laboral apresentado pelo atual Governo não constitui uma resposta adequada aos problemas existentes. Pelo contrário, mantém e agrava aspetos negativos da legislação laboral, promovendo mais precariedade, maior desregulação dos horários de trabalho, facilitando despedimentos, fragilizando direitos

fundamentais — como os direitos de maternidade e paternidade — e enfraquecendo direitos sindicais, incluindo o direito à greve.



Perante este quadro, reafirma-se a convicção de que é possível construir um país mais justo, solidário e desenvolvido, assente na valorização do trabalho e no respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Assim, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Cuba apelam à participação nas comemorações do 1.º de Maio, organizadas pela CGTP-IN, através das suas estruturas regionais, sob o lema:

“Lutar pela vida melhor a que temos direito!”

Em Beja decorrerá uma manifestação, com início às 10h00, precedida de concentração junto à Casa da Cultura, seguindo-se o desfile até ao Jardim Público.

Reafirma-se, por fim, que a mobilização, a unidade e a luta dos trabalhadores e do povo continuam a ser determinantes para a defesa dos valores de Abril e para a construção de um futuro mais justo, solidário e digno.-----

Posta a votação, a moção foi aprovada por **unanimidade**. -----

Por parte do deputado **Carlos Conceição – PS**, foi apresentada uma saudação sobre a data inerente ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, que desde já se transcreve na íntegra:

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Mais do que uma efeméride, o 1º de Maio é um símbolo de luta, de conquista e de progresso civilizacional. É o dia em que afirmamos que os trabalhadores não são números nem ferramentas são cidadãos com direitos, dignidade e voz.

Assinalar o 1º de Maio é homenagear o valor do trabalho e a dignidade de todos os trabalhadores. É recordar uma longa história de luta por direitos fundamentais, melhores condições de vida, salários justos, horários dignos e respeito por quem, com o seu esforço diário, constrói o presente e o futuro da nossa sociedade.

O 1º de Maio não é apenas um momento de evocação histórica. É também um apelo à reflexão sobre os desafios atuais. Num tempo de mudanças rápidas, importa garantir que o progresso não se faz à custa da precariedade, que o desenvolvimento económico caminha lado a lado com a justiça social, e que ninguém é deixado para trás.

Os direitos laborais que hoje reconhecemos não foram oferecidos: foram conquistados com luta e persistência. E essa luta não terminou. Continua todos os dias, sempre que há instabilidade, salários injustos ou desvalorização de quem trabalha.



Celebrar o 1º de Maio é afirmar que o trabalho deve ser sinónimo de dignidade, de realização pessoal e de esperança num futuro melhor.

Neste 1º de Maio, saudamos todos os trabalhadores mulheres e homens, em particular os do concelho de Cuba, que com o seu esforço diário constroem uma sociedade mais justa, mais solidário e mais democrática.

Que Cuba continue a honrar os seus trabalhadores, preservando os seus valores e olhando com confiança para o amanhã.

Viva o 1º de Maio,

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Cuba -
28/04/2026 -----

Assembleia tomou conhecimento. -----

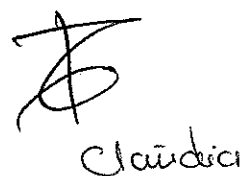
Interveio a deputada **Sr.ª Alice Jesus Teixeira - PS**, pediu esclarecimentos sobre duas questões, primeiro, se está prevista alguma iniciativa no 1.º de Maio para informar os habitantes de Cuba sobre as alterações à lei do trabalho em preparação. Segundo, questionou a situação da higiene e segurança nas ruas de Cuba, destacando a falta de controlo da vegetação e infestantes, questionou de que forma essa situação será resolvida.-----

O **Sr. Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, em resposta à questão relativa à atividade prevista sobre informação às leis do trabalho, considerou pertinente a sugestão apresentada, admitindo a possibilidade de promover uma sessão de esclarecimento. Nesse sentido, referiu ainda que poderá ser ponderado o convite a representantes de uma das duas centrais sindicais, com o objetivo de assegurar uma abordagem mais completa e esclarecedora sobre a matéria. Agradeceu a sugestão apresentada, informando que a mesma será tida em consideração na organização deste tipo de iniciativas.

Relativamente à outra questão, esclareceu que se verificaram alguns constrangimentos na aplicação do produto fitofármaco, utilizado para impedir o crescimento de ervas. O ano foi particularmente rico em água e sol, fatores que contribuíram para o crescimento acelerado da vegetação, uma vez que o produto fitofármaco não tinha sido aplicado atempadamente.

Foi ainda informando que a situação já se encontra a ser devidamente tratada, não só com reforço do nosso pessoal, mas também mediante a contratação de empresa especializada para a realização deste tipo de trabalho.

No que respeita especificamente à aplicação do fitofármaco, foi igualmente necessário recorrer a uma entidade externa para a sua aplicação, sendo esta a solução que se pretende continuar a adotar para garantir a eficácia e a regularidade destes procedimentos.-----



3. Votação de atas de sessões anteriores:

Foi determinado que as atas finais por ratificar seriam presentes à Assembleia Municipal de junho, agora que já havia sido designada a trabalhadora que irá secretariar os trabalhos no quadriénio 2025/2029.-----

I ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Sr.^a Paula Bento**, proprietária de um imóvel em Vila Alva desde dezembro de 2023, alertou a Câmara Municipal, em junho de 2024, para o avançado estado de degradação de um imóvel contíguo em ruína, na Rua Gago Coutinho, e para os riscos e prejuízos que este poderia causar à sua habitação.

Em 2025, deslocou-se aos serviços camarários, tendo sido informada de que se aguardava informação das Finanças para identificação dos proprietários. A própria munícipe obteve posteriormente essa identificação junto do serviço das Finanças e entregou-a na Câmara Municipal.

Na sequência de uma vistoria realizada em 9 de abril de 2025, foi concluído que o imóvel apresentava condições de conservação deficientes, suscetíveis de comprometer a segurança e a integridade do prédio vistoriado. O relatório destacou considerável dimensão na parede divisória situada a uma cota superior em relação ao prédio da requerente, verificando-se acentuados danos estruturais, configurando risco de colapso para o interior da habitação da queixosa, recomendando intervenção urgente.

Em reunião de Câmara de 22 de abril de 2025, através da proposta PR 2025/1655, foi deliberado notificar os proprietários para realizarem, no prazo de 30 dias, obras de conservação e consolidação estrutural. Ficou ainda previsto que, caso as obras não fossem iniciadas, a Câmara poderia avançar com posse administrativa e execução coerciva das intervenções necessárias.

Contudo, nada foi executado pelo anterior executivo, nem o atual executivo deu seguimento ao processo ou tomou medidas para garantir a execução da deliberação. Assim, a munícipe questiona o que pode ser feito para minimizar os estragos no seu imóvel, bem como para salvaguardar a segurança de quem nele habita.-----

O **Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, explicou que a posse administrativa é uma medida legal que permite ao município assumir imóveis privados, sobretudo quando os edifícios representam risco para a via pública ou colocam em causa a segurança de pessoas e bens, bem como o normal funcionamento do espaço público, nomeadamente a circulação de pessoas e veículos.

No caso em análise, destacou que o imóvel em causa poderá pertence a dezenas de herdeiros, o que é comum na região e noutros locais, levando frequentemente à falta de manutenção e a dificuldades na gestão e venda dos bens. Sublinhou que, nestas situações, existe normalmente um cabeça de casal, mas a dispersão de herdeiros, por vezes desconhecidos ou inacessíveis, dificulta a resolução dos problemas, podendo ser necessário recorrer aos tribunais.

O Presidente considerou ainda que a legislação deveria ser melhorada para proteger o património e facilitar venda destes imóveis. No entanto, afirmou que aplicar a posse


Cláudia

administrativa de forma generalizada não é viável para a Câmara, devido a limitações financeiras e operacionais. Por fim, referiu que este procedimento é burocrático e moroso, envolvendo notificações e períodos de audiência prévia, durante os quais os proprietários podem contestar a decisão.-----

O **Sr. Francisco Orelha**, manifestou preocupação com o estado de várias infraestruturas e do património do concelho, considerando que existe uma “herança pesada” de executivos anteriores, embora defenda que essa situação não justifica a continuidade dos problemas.

Aponta várias situações de degradação ou abandono, como as ETAR de Albergaria dos Fusos e Vila Ruiva, a escola primária de Albergaria, a Adega do Arrufa, um espaço à entrada de Cuba com lixo a céu aberto, o Parque Manuel António Castro, o Passeio da Bica. Questiona ainda a situação do canil municipal, problemas de obras na Rua Egas Moniz com abatimentos e possível falta de garantia do empreiteiro, e uma habitação camarária em mau estado.

Por fim, mencionou a remoção de placas e elementos de homenagem associados a intervenções anteriores, considerando o tema politicamente sensível, e sugeriu que, caso não houvesse resposta imediata, as questões fossem respondidas por escrito.----

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Francisco Galinha**, afirmou que o Sr. Francisco Orelha não deve confundir a sua intervenção enquanto público com a sua função de vereador da oposição, nem levar para a Assembleia Municipal questões próprias da Câmara Municipal.

Acrescentou que não foram colocadas perguntas concretas, mas apenas afirmações, pelo que não exigiam resposta. Ainda assim, alertou que tal situação não deve repetir-se, sublinhando que a Assembleia Municipal não é uma extensão da Câmara Municipal.

Reconheceu que as questões levantadas são pertinentes, mas considerou que devem ser dirigidas ao Presidente da Câmara no contexto adequado. Acrescentou ainda que a Assembleia Municipal não deve dedicar-se a matérias executivas, esclarecendo que a sua intervenção não foi um ataque pessoal, mas um alerta para evitar interpretações erradas entre as bancadas presentes.-----

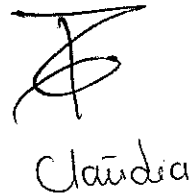
Ordem do Dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, a cerca da atividade municipal feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período compreendido entre 01/02/2026 a 31/03/2026 - Para conhecimento. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia **tomou conhecimento**. -----

2. Despacho que designou a trabalhadora do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cuba, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Cláudia



Isabel Touregão Chagas, Assistente Técnica, para a realização das tarefas inerentes à preparação e execução das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal para o quadriénio 2025/2029, incumbindo-lhe nesse contexto a funções de secretariar cada uma das sessões. Para conhecimento. -----

Usou da palavra o deputado **Sr. José Roque - CDU**, referindo que a Cláudia iria ter um trabalho delicado. Mencionou ainda que, no passado dia 24 de abril, assinalou 37 anos desde que assentou praça naquela casa e que, logo em 1989, secretariou a primeira reunião da Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que está disponível para ajudar no que for necessário.-----

A Assembleia **tomou conhecimento**.-----

3. Informação Económica e Financeira do Auditor Externo – Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda., reportada às contas do Município entre 01/01/2025 e 31/10/2025, correspondente ao período do anterior executivo, porquanto, por decisão do Tribunal de Contas, datada 11 de novembro de 2025, foi autorizada a pedido do interessado, datado de 05 de novembro de 2025, a apresentação de uma conta única anual. Para conhecimento. -----

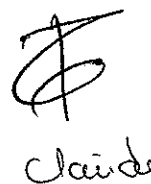
A deputada **Sr.ª Lurdes Guerreiro - PSD**, usou da palavra para referir que, após a leitura da informação económica e financeira, concluiu que nela são feitas várias recomendações e alertas por parte da SROC, bem como na certificação legal das contas. Referiu ainda que, das conclusões apresentadas, resultam duas chamadas de atenção que considera particularmente relevantes: a reserva e as ênfases. Salientou que, embora as contas digam respeito a 2024, relativamente a 2025 continuam a verificar-se essas reservas e ênfases. Na sua perspetiva, estes alertas técnicos são muito relevantes e não devem, de modo algum, ser ignorados. -----

A Assembleia **tomou conhecimento**.-----

4. Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2025, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação.-----

Usou da palavra **o Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, referiu que o documento já tinha sido apresentado em reunião de Câmara e que agora estava em apreciação e deliberação na Assembleia Municipal, sendo a decisão final da competência desse órgão.

Antes de passar a palavra à Dra. Cármem, técnica do município responsável pela apresentação mais técnica do documento, o Presidente considerou importante enquadrar a prestação de contas no contexto do ano de 2025 e nas suas projeções futuras. Referiu que o concelho não vive isolado, estando integrado num país, num continente e num mundo cujas decisões e acontecimentos têm impacto direto na realidade local. Num contexto marcado por duas guerras e por uma crescente instabilidade mundial, sobretudo ao nível das decisões políticas, foi salientado que



existem cada vez menos garantias e fiabilidade por parte daqueles que, outrora, eram considerados os defensores dos valores europeus. Esta realidade acaba por ter impacto direto na componente económica e na gestão municipal, nomeadamente devido ao aumento de preços e às sucessivas instabilidades.-----

Posteriormente, com a anuência do Presidente da Câmara, **a Dr.ª Carmem Estrela, Chefe da Divisão de Administração, Finanças e Cultura**, iniciou a apresentação da prestação de contas, procurando fazê-lo de forma sucinta e acessível, evitando linguagem técnica devido à complexidade dos documentos.

Em termos de introdução, são apresentadas as contas no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Este é o quinto ano em que tal é realizado. Anteriormente era utilizado o POCAL, tendo sido transitado para o atual referencial contabilístico, que integra os subsistemas da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, o que trouxe uma nova dinâmica em termos da apresentação das contas. Destacou que esta mudança representou um desafio para as entidades públicas desde 2020, sendo 2025 o quinto ano de aplicação.

Relativamente aos Recursos Humanos, foi referido que, a 31/12/2025, a autarquia contava com 199 colaboradores. Este número inclui eleitos em regime de permanência, GAP, dirigentes, carreira de informática, fiscal municipal, carreiras gerais e ainda pessoas integradas, em parceria com o IEF, IP, no âmbito da medida de emprego apoiado. No que diz respeito à distribuição dos colaboradores por cargo, carreira e categoria, conforme já mencionado em anteriores prestações de contas, essa distribuição encontra-se representada graficamente. Verifica-se que a maior incidência de colaboradores se concentra na categoria de assistentes operacionais. Quanto à evolução dos recursos humanos ao longo dos últimos cinco anos, observa-se, através do gráfico apresentado, que o saldo tem sido sempre positivo. O maior aumento ocorreu em 2022, em resultado da transferência de competências na área da educação, passando o número de colaboradores de 163 para 192. Em 2025, registou-se igualmente um aumento de cinco trabalhadores, sobretudo na carreira de técnico superior, devido à necessidade de recrutamento para projetos na área social. Ao longo do período analisado, verifica-se ainda que os assistentes operacionais têm sido a carreira onde a autarquia mais tem investido. Esta informação encontra-se sintetizada no Balanço Social, documento reportado obrigatoriamente todos os anos à DGAL. Foram apresentadas conclusões sobre o planeamento e gestão futura, destacando-se os grupos etários dos 45 aos 49 anos e dos 55 aos 59 anos. Verificou-se ainda uma elevada taxa de envelhecimento, com impacto potencial no absentismo, que em 2025 atingiu cerca de 30%, sendo as faltas por doença a principal causa de ausência.

A contabilidade das autarquias revela-se rica e complexa, na medida em que integra três tipos de contabilidade. Neste primeiro tema, a execução orçamental e a análise da prestação de contas baseiam-se numa ótica de caixa, isto é, os recebimentos, pagamentos e todos os elementos referidos dizem respeito aos valores efetivamente recebidos e efetivamente pagos. É nesta perspetiva que se determina o saldo de gerência, resultante do encontro entre a receita e a despesa ocorridas ao longo do ano. Relativamente ao ano de 2025, verificou-se um acréscimo no volume de receita arrecadada no montante de 150 000. 00 €, comparativamente ao ano de 2024, não sendo aqui considerado o saldo de gerência, uma vez que este transita de um ano para



o outro e não integra este apuramento. Em termos do grau de execução da receita orçamental, registou-se uma taxa de 82,25%, superior à verificada em 2024, ano em que se obteve 76,79%. O grau de execução da receita orçamental corresponde, em termos de verbas orçamentais, à relação entre o montante efetivamente arrecadado e o montante inicialmente previsto no orçamento. Assim, procede-se à divisão da receita efetivamente recebida pela receita estimada, obtendo-se uma determinada percentagem de execução. Relativamente ao que consta no relatório da auditoria, verificou-se, efetivamente, que não foi atingido o limiar imposto pela Lei das Finanças Locais, nomeadamente os 85%. Ainda assim, registou-se uma melhoria relativamente ao ano de 2024, embora esse objetivo ainda não tenha sido alcançado.

Considera-se relevante registar esta nota, uma vez que se trata de uma imposição decorrente da Lei das Finanças Locais, a qual visa garantir que os municípios adotem regras de rigor orçamental, evitando a inflação dos orçamentos e situações em que, posteriormente, não exista a correspondente execução. O objetivo é, precisamente, assegurar uma aproximação do grau de execução aos 85%.

Foi igualmente referido que, em termos de receita corrente (correspondente à atividade normal e regular e não associada a níveis extraordinários de execução) esta registou um aumento em 2025, tendo sido alcançado um grau de execução de 79,26%.

Relativamente à receita de capital, associada ao investimento, verificou-se igualmente um crescimento. Esta inclui transferências do estado, bem como receitas provenientes de projetos candidatados a fundos comunitários, venda de bens de investimento, imóveis, terrenos ou outras situações. Em relação ao ano anterior, também se registaram melhorias, com um acréscimo, tendo sido alcançada uma taxa de execução de 91,37%.

Dentro da receita corrente, existem diversos capítulos de arrecadação, destacam-se o IMI, o IMT e a derrama municipal. Em termos de taxas, multas e outras penalidades a nível municipal, os rendimentos de propriedade têm um impacto reduzido na receita corrente, sendo pouco relevantes quando representados em gráfico. Estes rendimentos resultam sobretudo da concessão dos PT, correspondendo a uma renda anual de cerca de 200.000 €. O que apresenta maior expressividade, em termos de rendimento de propriedade, diz respeito às transferências. O gráfico é bastante elucidativo, mostrando que o município é fortemente dependente das transferências que recebe do Orçamento do Estado. A venda de bens e serviços enquadra-se igualmente na dinâmica do município, incluindo todas as situações associadas, com especial destaque para a faturação da água em baixa. Em relação à evolução da receita de capital, esta centra-se igualmente nas transferências de capital, tanto as provenientes do Orçamento do Estado como as que resultam de fundos comunitários. Por fim, destaca-se a questão dos passivos financeiros, que registaram um aumento bastante acentuado relativamente a 2024, devido à contração de um empréstimo no valor de cerca de 1 700 000 €.

Relativamente à despesa, tal como sucede com a receita, verifica-se um crescimento, seguindo o mesmo paradigma, sendo de salientar que se trata de despesa paga. No que respeita ao ano de 2025, as despesas ascenderam a cerca de 10.000.000 €, dos quais aproximadamente 7.000.000 correspondem à despesa corrente e 2.000.000 a despesas de capital. À semelhança da receita, as despesas correntes dizem respeito



ao funcionamento quotidiano, incluindo vencimentos, juros de empréstimos e despesas com fornecimentos e serviços externos, como água, eletricidade e outros encargos do mesmo tipo. Por esse motivo, são nestas rubricas que se enquadram este tipo de despesas. Já as despesas de capital correspondem, no essencial, às grandes opções do plano.

Em termos de despesa, relativamente ao exercício de 2024, verificou-se, em termos globais, um acréscimo de 3,88 pontos percentuais. No que respeita aos compromissos assumidos em despesas de capital, estes ascenderam a cerca de 3.000.000 €. Importa ainda referir que os compromissos transitados situam-se na ordem dos 333.000 €, correspondendo a projetos plurianuais, os quais implicaram uma realocação de verbas em termos de compromisso. Regista-se igualmente uma obra de grande dimensão, a qual beneficiou de cobertura através de um empréstimo no montante de 1.700.000 €, conforme já anteriormente referido. Contudo, este montante não foi integralmente utilizado, tendo ficado bastante abaixo do valor contratado, em virtude de atrasos na execução da obra, designadamente no âmbito dos arruamentos e caminhos. Deste modo, as verbas associadas a esta intervenção foram objeto de reprogramação, transitando para o exercício seguinte, nomeadamente para 2026.

Registou-se um aumento da despesa corrente e de capital em 2024, com destaque para a evolução das despesas com pessoal. A despesa corrente cresceu cerca de 8%, sendo particularmente relevante o impacto das despesas de capital associadas ao pessoal. Observou-se um ligeiro decréscimo em algumas rubricas, explicado por variações pontuais e pela redução de encargos com pessoal em regime de tarefa. As atualizações salariais apenas produziram efeitos em 2026, em virtude de atrasos no processo de avaliação no âmbito do SIADAP. Verificou-se ainda um aumento de aproximadamente 600.000 € nas despesas com aquisição de bens e serviços.

Os juros registaram um decréscimo de 20,5%. Esta variação justifica-se pelo facto de alguns empréstimos de médio e longo prazo terem sido concluídos no ano anterior, bem como pela redução das taxas de juro entre 2024 e 2025, o que contribuiu para uma diminuição das despesas associadas. No que respeita às transferências correntes, estas foram superiores ao executado em 2024. Já as outras despesas correntes também apresentaram um acréscimo. Verificam-se, algumas variações, embora estas não assumam grande relevância face ao respetivo peso no orçamento.

Foi apurado um saldo de gerência na contabilidade de caixa, com um aumento significativo em 2025 face a 2024. Esse saldo resulta do equilíbrio entre receitas e despesas, e funciona, em termos práticos, como uma “almofada” financeira. Assim, foram orçamentados determinados montantes no orçamento de 2026, podendo posteriormente verificar-se, no âmbito da revisão n.º 1 ao orçamento, a introdução dos ajustamentos necessários.

Parte deste saldo de gerência resulta, no fundo, num acréscimo relativamente ao que tinha sido inicialmente previsto. Existem rubricas que necessitam de ser revistas. O saldo de gerência é utilizado para esse efeito, permitindo reforçar rubricas que se encontravam insuficientemente dotadas ou projetos, caso assim o executivo o entenda. Foi apurado um saldo de gerência de 329.000. 00 €.



As operações de tesouraria dizem respeito a valores arrecadados pelo município, mas que não lhe pertencem, funcionando apenas como intermediário no seu processamento. Estas operações tinham maior relevância no passado, quando incluíam descontos nos vencimentos dos funcionários, situação, entretanto alterada com o OSNCAP, passando tais valores a integrar a execução orçamental e não as operações de tesouraria. Um exemplo das operações de tesouraria refere-se à remuneração das mesas de voto, cuja compensação é paga pela Comissão Nacional de Eleições, cabendo ao município apenas o papel de intermediário no processamento dos pagamentos aos respetivos membros. Foi ainda referido que se considera importante enquadrar o tema, de forma a facilitar a compreensão das grandes opções do plano, enquanto documento de natureza política que reflete a execução de projetos do PPI e outras atividades relevantes. Acrescenta-se que o documento contempla diversas iniciativas e eventos anuais, incluindo atividades institucionais e convívios desenvolvidos ao longo do ano. Conclui-se salientando que se trata de um instrumento político sujeito a ajustamentos na sua execução anual, no qual as funções sociais assumem maior peso na despesa e na execução global dos projetos do município. O documento refere ainda alguma fragilidade na abordagem da questão. Este ano foi introduzido o apuramento no âmbito da contabilidade de gestão, processo ainda em desenvolvimento, incluindo a implementação dos centros de responsabilidade, também com fragilidades identificadas. Verifica-se, contudo, uma evolução na análise dos custos por funções, já praticada há vários anos, com o apuramento de custos de mão de obra, máquinas, viaturas e outros bens associados às diferentes funções.

A contabilidade de gestão tem como principal objetivo permitir que os custos apurados em termos de despesa sejam refletidos na tabela de preços de forma mais clara e justa. Pretende-se que os preços pratiquem uma correspondência mais adequada com os custos efetivamente suportados, reconhecendo, contudo, que o município ainda se encontra num processo de evolução e melhoria da qualidade da informação produzida. Acrescentou ainda que, nesse mesmo ano, foram introduzidos os centros de responsabilidade, sublinhando que essa abordagem se enquadra numa ótica contabilística diferente de apuramento de resultados. Indicou também que poderiam existir algumas diferenças entre o discurso apresentado e o que consta no relatório financeiro, uma vez que estão em causa dois tipos distintos de contabilidade e duas análises diferentes. Referiu igualmente que a contabilidade de caixa e o apuramento realizado dão lugar à abordagem de uma contabilidade patrimonial, baseada no princípio do acréscimo. Isto significa que os gastos e os rendimentos, devem ser reconhecidos no exercício a que dizem respeito. Nesse sentido, procede-se ao apuramento do acréscimo propriamente dito. Nesse contexto, afirmou que são analisados documentos financeiros como o balanço e a demonstração de resultados, os quais conduzem a resultados diferentes daqueles obtidos anteriormente através da ótica de caixa.

Relativamente à evolução do ativo, esclareceu que este engloba todos os direitos e bens do município, incluindo os imóveis, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como os inventários existentes em armazém. Indicou ainda que, de forma simplificada, os valores registados em clientes, contribuintes e utentes correspondem às quantias que o município tem a receber. Por fim, explicou que os diferimentos estão relacionados com a lógica dos acréscimos, refletindo valores a receber ou a reconhecer

contabilisticamente em exercícios futuros, de acordo com o período a que respeitam. Verifica-se que o ativo corresponde a todos os direitos detidos pela entidade, incluindo os bens que lhe pertencem, nomeadamente os imóveis. Neste contexto, destacam-se os ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como os inventários, que correspondem aos bens existentes em armazém. De forma simplificada, no que diz respeito a clientes, contribuintes e utentes, estes representam os valores a receber, ou seja, as quantias em dívida à entidade. Relativamente aos diferimentos associados aos acréscimos, tratam-se de situações refletidas contabilisticamente como valores a receber, essencialmente relacionadas com seguros diferidos ou outras situações semelhantes, representando valores de sinal positivo. Acrescem ainda os montantes existentes em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo. Assim, todos os direitos e bens da entidade encontram-se refletidos no ativo. No que respeita ao ativo na sua totalidade, verificou-se um crescimento de 1,12% face ao ano de 2024.

Foi referida uma variação nos ativos, destacando-se uma descida de 550.000 € nos ativos fixos tangíveis, que representam 93% do total do ativo. Esta redução resulta de ajustes técnicos decorrentes de observações da auditoria, nomeadamente a reclassificação de alguns imóveis anteriormente registados como ativos fixos tangíveis. Em causa está a situação de três lojas no Largo do Tribunal, arrendadas, cuja classificação como propriedades de investimento foi sugerida, embora não tenha havido acordo total com os auditores. A entidade entende que se trata de uma competência municipal no âmbito da habitação, com rendas não alinhadas com valores de mercado, pelo que optou por manter a classificação em ativos fixos tangíveis.

Passa-se à questão do passivo. O passivo corresponde às obrigações existentes, ou seja, às dívidas refletidas na situação financeira da entidade. O passivo divide-se em corrente e não corrente, à semelhança do que acontece com o ativo, estando esta distinção relacionada com o prazo de vencimento das dívidas. O passivo não corrente diz respeito a dívidas de médio e longo prazo, enquanto o passivo corrente corresponde às obrigações de curto prazo, ou seja, de exigibilidade imediata. No caso dos empréstimos, estes podem apresentar uma componente de curto prazo, relativa às amortizações a realizar no ano seguinte, sendo esta parcela refletida nos financiamentos obtidos no passivo corrente. Observa-se, relativamente ao ano de 2024, que, independentemente das oscilações verificadas nas diferentes rubricas, ocorreu um crescimento na ordem dos 4,8%.

Verificam-se algumas variações de aumentos e diminuições, com destaque para o passivo, devido aos novos empréstimos contratados. Regista-se também uma redução na conta dos subsídios ao investimento, associada a projetos do PPIE financiados por fundos comunitários, que ainda não estão concluídos e permanecem registados até serem integrados no ativo fixo. Os valores transitados dizem respeito a obras em curso, nomeadamente as reabilitações da Praça de Faro do Alentejo e de Vila Ruiva. Após a conclusão dos projetos, os subsídios serão devidamente reconhecidos no ativo fixo e refletidos contabilisticamente, no fundo tratado na conta 59, onde fazemos lá refletir estes aumentos e que tem a ver com o património.

Os fundos próprios do município, no final de 2025, totalizaram 28.000.000, o que se traduz num crescimento da ordem dos 0,4%. Este aumento está relacionado com os movimentos efetuados a partir do resultado líquido apurado, resultante da análise do

ativo e do passivo, bem como da demonstração de resultados, nomeadamente no que se refere aos rendimentos e aos gastos.

As alterações ao património correspondem a operações contabilísticas refletidas nos resultados transitados. Em 2024, o resultado transitado foi negativo em 604.000 €, verificando-se em 2025 uma melhoria, embora ainda negativo, no valor de 447.000 €. Importa referir que um resultado líquido negativo não implica necessariamente má gestão, resultando apenas do equilíbrio entre rendimentos e gastos. No âmbito do SNC-AP, as transferências de capital do FEF e do artigo 35.º passam a ser reconhecidas como capital, reforçando o capital próprio da entidade.

Existem situações técnicas relacionadas com a reposição e reforço de financiamentos e com a integração de projetos concluídos no património líquido, sendo os mesmos refletidos nas demonstrações financeiras segundo o princípio do acréscimo. Pode ser dado como exemplo o IMI, é registado no exercício de 2025, embora apenas seja recebido em 2026, devido ao desfasamento temporal na sua cobrança, aplicando-se este critério a outras receitas e despesas. Em 2024, verificou-se um crescimento de 7,8% nos rendimentos, com variações entre rubricas, destacando-se as de maior peso e relevância. Referido que os resultados do Centro de Estudos nem sempre são conhecidos atempadamente, sendo por isso registados posteriormente. Em 2025 foi refletido um acréscimo de 76 mil euros relativo a 2024, estando previsto que os resultados mais recentes venham a ser contabilizados em 2026. Por fim, é aplicado o MEP - Método da Equivalência Patrimonial, através do qual são refletidos nas contas do município os resultados líquidos do Centro de Estudos, entidade na qual o município participa a 100%.

Os gastos incluem várias situações, como transferências e o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que é determinado pelos valores dos armazéns. Também são considerados os fornecimentos e serviços externos, como água, eletricidade, seguros e outros encargos semelhantes. Conclui-se que todas estas despesas fazem parte dos gastos, os quais têm significativa relevância. Importa, assim, clarificar para evitar confusões, uma vez que, ao analisar os dados, pode surgir a dúvida, anteriormente foi referido um decréscimo de 0,18% nos custos com o pessoal e, agora, é apresentado um acréscimo de 3,9%. Esta diferença relaciona-se essencialmente com a forma como a informação é tratada e apresentada, sendo importante considerar a base de cálculo dos acréscimos.

Dos gastos existentes e dos encargos com o pessoal, nomeadamente o subsídio de férias, são reconhecidos no exercício a que dizem respeito (2025), embora o pagamento ocorra em 2026. Este tratamento contabilístico reflete regras técnicas específicas que influenciam a análise dos resultados. No que respeita aos gastos, verificaram-se algumas alterações. Quanto ao limite da dívida total, o município encontra-se em cumprimento dos limites legais da dívida. Existe uma margem utilizável de cerca de 800.000 euros, calculada com base na Lei das Finanças Locais, que considera a média das receitas correntes líquidas e outros elementos relevantes. Incluem-se também os empréstimos contratados ainda não utilizados, no valor de 1.400.000 euros, associados a um empréstimo total de 1.700.000 euros, que devem ser contabilizados para efeitos do limite da dívida. No ano seguinte será efetuado novo cálculo, uma vez que passarão a ser considerados novos dados, incluindo as receitas dos últimos três anos. Para 2026,

já será incorporado o exercício de 2025 no apuramento, tratando-se de um cálculo que é realizado anualmente.

Em termos de execução orçamental, foi destacado que o Município de Cuba conseguiu, em 2025, alcançar o equilíbrio orçamental, ainda que com um superavit reduzido. Este resultado é considerado positivo e exigido pela Lei das Finanças Locais, apesar das dificuldades enfrentadas pelos municípios de pequena dimensão.

Reconhece-se, no entanto, que a execução pode apresentar variações dentro de uma margem legal de até 5% das receitas correntes, podendo exigir compensação no exercício seguinte.

Relativamente aos pagamentos em atraso, o município registou, no final do ano, pagamentos em atraso, os quais correspondem a valores que ultrapassam os 90 dias. No entanto, o município reduziu significativamente estes pagamentos ao longo de 2026, deixando de os registar a partir de fevereiro. O objetivo é manter este equilíbrio até ao final do ano, apesar de possíveis alterações à Lei das Finanças Locais, que poderão impactar este progresso. Ainda assim, tem sido possível controlar a situação financeira e melhorar a gestão dos pagamentos em atraso.

Concluiu-se a informação relativa à prestação de contas, considerando-se que foram registados os elementos essenciais para esclarecer minimamente a Assembleia, apesar do carácter eminentemente técnico do documento. -----

Interveio a deputada **Sr.ª Alice Teixeira – PS**, que fez um agradecimento à Dra. Carmen e afirmou sentir-se confiante com o seu trabalho. Questionou se a parte das multas não teria sofrido qualquer variação, salientando que, embora o município esteja a controlar as contas e seja visível que a situação financeira está mais apertada, existe também preocupação em garantir receita. Destacou também a situação dos edifícios devolutos e chamando a atenção para o facto de as multas não terem aumentado. -----

Em resposta à deputada **o Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, que entendeu deixar clara a posição do Município de Cuba sobre a temática, esclarecendo que não foram transmitidas quaisquer orientações deste executivo no sentido de adotar uma “pedagogia das multas”. Mais esclareceu que, no âmbito da atuação municipal, foi já desenvolvido um procedimento através de um protocolo de colaboração com a Autoridade Tributária e Aduaneira, com o objetivo de permitir a recuperação de alguns destes créditos. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi **aprovado por maioria, com quatro abstenções dos quais três votos dos deputados do PS e um voto da deputada do PSD**. Regista-se que à presente ata será apensa a certidão da deliberação da Câmara que deu origem à votação, sendo a aprovação em sintonia com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

5. Apreciação da Revisão n.º 1 ao Orçamento Municipal de 2026 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----



Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi **aprovado por maioria, com sete abstenções, seis deputados do PS e também da deputada do PSD**, ficando apenso à presente ata a certidão da deliberação da Câmara que deu origem à votação, sendo a aprovação em sintonia com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

6. Proposta de Nomeação de Auditor Externo para os anos de 2026 e 2027, nos termos do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----

A deputada **Sr.ª Maria José Barão - PS**, questionou como se chegou à seleção do mesmo auditor e se, eventualmente, foram realizadas consultas a outras empresas de auditoria. -----

Usou também da palavra a deputada **Sr.ª Lurdes Guerreiro - PSD**, questionou se a nomeação do auditor externo, de acordo com os documentos analisados, tinha sido efetuada por ajuste direto, acrescentando que, tanto quanto era do seu conhecimento, a mesma empresa já exercia essas funções em anos anteriores a 2026. Quantos anos anteriores a 2026? -----

O **Presidente da Câmara, Sr. João Palma**, esclareceu que a contratação em causa foi feita por ajuste direto e que este tipo de procedimento tem limites legais de valor e duração, ao contrário do concurso público. Indicou não ter presente o número exato de anos e contou com o apoio do jurista Dr. Vítor Fialho para complementar tecnicamente a resposta.-----

Usou da palavra o **jurista e Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Dr. Vítor Fialho**, tendo esclarecido que a Câmara Municipal recorreu a um procedimento de ajuste direto. Explicou que, após a entrada do atual executivo, foi solicitada aos técnicos uma avaliação sobre a empresa Oliveira Reis e Associados. Apesar de algumas divergências naturais decorrentes da função fiscalizadora da empresa, os técnicos consideraram que a relação de trabalho era funcional e recomendaram a continuidade da colaboração por mais algum tempo.

Referiu ainda que foi celebrado um ajuste direto para os anos de 2026 e 2027, com um valor inferior a 20.000 mil euros, respeitando o limite legal aplicável a este tipo de procedimento. Embora despesas até 150.000 mil euros possam ser autorizados pelo Presidente da Câmara, salientou que, no caso do auditor externo, a lei exige proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal.

Foi igualmente explicado que a autarquia já tinha colaborado anteriormente com a mesma empresa através de um contrato com duração de 40 meses, adjudicado por consulta prévia a três, num procedimento de valor superior a 20.000 mil euros e inferior a 75.000 mil euros.


Cláudia

Os técnicos defenderam a manutenção da empresa por mais dois anos, de forma a permitir ao Executivo e à Assembleia Municipal avaliar o seu desempenho, sobretudo na monitorização e prestação de informação à Assembleia Municipal. No final de 2027, deverá ser lançado um novo procedimento, cabendo então ao executivo decidir quais as entidades a convidar.-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi **aprovado por maioria, com seis abstenções dos deputados do PS, e com um voto contra da deputada do PSD**, ficando apenso à presente ata a certidão da deliberação da Câmara que deu origem à votação, sendo a aprovação em sintonia com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

7. Fase Final da Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Cuba – Comissão de Acompanhamento – Portaria n.º 277/2015 – Designação de membro da atual assembleia municipal para integrar o órgão. Para deliberação. -----

O **Presidente da Assembleia, Sr. Francisco Galinha**, esclareceu que, normalmente, neste tipo de pontos, caso exista entendimento entre as bancadas, é proposta uma única pessoa para votação. Alternativamente, caso cada bancada pretenda indicar um nome, essas nomeações seriam aceites, procedendo-se posteriormente à respetiva votação. Nesse sentido, a bancada da CDU propôs que fosse o deputado, Francisco Galinha, como pessoa designada para o referido efeito. Não tendo sido apresentadas nomeações por parte das restantes bancadas, procedeu-se então à votação.-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi **aprovado por catorze votos a favor, dois votos em branco e um voto contra**, tendo sido designado para o cargo na Comissão de Acompanhamento, o deputado Sr. Francisco Eduardo Beijudo Galinha, ficando apenso à presente ata a certidão da deliberação da Câmara que deu origem à votação, sendo a aprovação em sintonia com a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

8. Apreciação e votação da proposta de protocolo com a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira para efeitos de cobrança de dividas municipais que possam dar origem a execução fiscal. Para deliberação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi **aprovado por unanimidade**, ficando apenso à presente ata a certidão da deliberação da Câmara que deu origem à votação, sendo a aprovação em sintonia com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

II.º ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Voltou a intervir o **Sr. Francisco Orelha**, referindo que deve ser respeitado o estatuto da Assembleia Municipal. Considerou ainda positiva a disponibilização de informação

aos deputados municipais, por lhes permitir conhecer matérias que, por vezes, desconhecem, cabendo igualmente à Assembleia exercer a fiscalização sempre que o considere necessário.-----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ter sido lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Cláudia Isabel Touregão Chagas, Assistente Técnica que a redigi. -----

. O Presidente da Assembleia Municipal de Cuba:



. A Assistente Técnica, que secretariou a sessão:

Cláudia Isabel Touregão Chagas